

As Representações da Natureza no Velho Chapecó 1930 – 1950

*Márcio Luiz Rodrigues**

Resumo

O presente texto tem por objetivo mostrar como a natureza – nas suas mais variadas formas, fauna e flora – foi representada, e de certa forma continua sendo, ao sanar as principais necessidades da sociedade oeste catarinense na primeira metade do século XX. Para tanto, o texto está distribuído em três eixos: como se configurou a ideia de natureza através do contexto nacional e internacional; a formação territorial do oeste de Santa Catarina na passagem do século XIX para o XX e finalmente o uso de duas principais matérias-primas da natureza (água e mata), com outros meios não-naturais para representar os anseios de uma sociedade em evolução.

Palavras-chave: Representações. Território. Natureza. História Ambiental. Oeste catarinense.

A Ideia de Natureza ao Longo do Tempo no Contexto Mundial e Nacional

A história, caracterizada como disciplina teórica e metodologicamente, é feita da pluralidade dos olhares que possibilita a interpretação e a explicação dos eventos que constituíram (e estão constituindo) os diferentes desdobramentos ambientais de hoje e de outrora.

Outra grande contribuição que a História pode nos dar – em especial para os estudos sobre as diferentes maneiras de representar a natureza – é apresentar possibilidades de compreender que uma determinada sociedade, em um determinado contexto espacial e temporal, através de uma interdisciplinaridade sobre os mais variados estudos ambientais, culminando em uma nova área do conhecimento historiográfico.

Nesse sentido Drummond (1991, 185), afirma que:

A história ambiental é, portanto, um campo que sintetiza muitas contribuições e cuja prática é inerentemente interdisciplinar. A sua originalidade está na sua disposição explícita de ‘colocar a sociedade na natureza’ e no equilíbrio com que busca a interação, a influência mútua entre sociedade e natureza (DRUMMOND, p.185).

Assim, o artigo tem como objetivo abordar como a sociedade oeste catarinense no terceiro, quarto e quinto decênios do século XX – submeteu a natureza – principalmente à mata e às águas fluviais – nas mais variadas representações, como a mola propulsora para o seu desenvolvimento econômico.

A Revolução Industrial Britânica, no século XVIII, pode ser considerada um marco nos estudos historiográficos nas relações entre homem e natureza. A partir desse momento, tais relações são elevadas a uma categoria de manipulação dos recursos naturais nunca vista antes, sacramentando – quase que em definitivo,

uma vez que é no século XIX que vamos ver algumas das maiores descobertas científicas através dela – o domínio dos homens sobre toda e qualquer matéria-prima existente.

Outro ponto que devemos destacar para os estudos é de abordar uma dada sociedade em um determinado recorte temporal e espacial, parte do pressuposto de que as diferentes formas de abordar e representar que o homem adota sobre a natureza, revelando, assim, significados que associam tanto os aspectos político/administrativos, quanto os aspectos de mudanças socioculturais, de curta e longa duração.

As mudanças ocorridas na fauna e na flora na sociedade oeste catarinense, na primeira metade do século XX, apresentam particularidades de caráter contínuo, as quais, a história ambiental, juntamente com as demais áreas de conhecimento, podem nos dar importantes subsídios para melhor compreender a relação homem e natureza. Diante disso, percebemos que, nas ações ao longo dos tempos, encontramos o resultado das mais variadas experiências e representatividades que a humanidade adota sobre a natureza.

Para entendermos as mais diferentes realidades ambientais na atualidade e associarmos com as modificações paisagísticas resultantes entre essa relação na região em destaque, partimos do pressuposto de que a “gestão de recursos naturais não é uma questão apenas técnica e, com isso, não pode ser isolada do contexto social, político, cultural, ético e estético” (BRÜGGER, 2004, p. 24).

No livro *História e Natureza* (DUARTE, 2005, p. 32), o surgimento da chamada história ambiental dentro das Ciências Humanas e Sociais se dá no final de 1970, nos Estados Unidos da América, e no término de 1990, na Europa e na América Latina.

No primeiro momento, é com a Sociedade Americana de História Ambiental (American Society for Environmental History), criada em 1977, juntamente com a revista *Environmental History*, que vamos ver os primeiros congressos organizados sobre a temática

ambiental.

Já no segundo momento, com a criação da European Society for Environmental History (1999), juntamente com a SOLCHA (Sociedade Latino-Americana e Caribenha de História Ambiental), criada em 2004, que vamos ver que a história ambiental torna-se, em definitivo, um dos principais ramos – dentro das Ciências Humanas e Sociais – que relacionem os estudos entre o homem e os diferentes recursos naturais em que esse se abastece.

No entanto, a autora fala que, quando abordar assuntos ligados aos recursos naturais existentes, em uma determinada sociedade através de um determinado contexto histórico, temos que ter a clareza que as diferentes análises oriundas dessa são carregadas de estereótipos passados de geração para geração.

No caso do Brasil não fora diferente. Logo:

As imagens da natureza do Brasil como um paraíso terrestre remontam aos relatos portugueses quinhentistas. Na verdade, esses participavam de uma tradição mais ampla, tributária de mitos gregos, romanos, irlandeses e de várias sociedades do período medieval, segundo os quais haveria um Éden escondido do conhecimento humano em algum distante ponto do além-mar (DUARTE, 2005, p. 42).

Mas, antes mesmo de surgirem tais instituições, incumbidas de estudar as diferentes relações entre homem e natureza, bem como as diferentes representações resultantes dessas, vamos ver outros estudiosos – em nível nacional e internacional – com preocupações dignas sobre as consequências dessas relações.

Em nível internacional, destacamos o historiador inglês Keith Thomas, um dos primeiros estudiosos a relacionar a História da Humanidade com as representações em que os mesmos adotam. Na sua obra *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500 – 1800)*, encontramos indícios de como os britânicos adotavam inúmeras representações – às vezes, em harmonia ou não e, por vezes, com o respaldo das

concepções cristã através da bíblia – entre sua sociedade e os diferentes aspectos paisagísticos britânicos nos séculos XVI ao XIX. Vejamos:

Na Inglaterra dos períodos Tudor e Stuart, a visão tradicional era que o mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades [...] Os bichos foram divididos em selvagens, a serem amansados ou eliminados; domésticos, que se devia explorar para fins úteis; e de estimação, destinados, ao carinho e satisfação emocional [...] a floresta fora considerada selvagem e hostil (THOMAS, 1989, p. 16).

O brasilianista norte-americano, Warren Dean, membro da Sociedade Americana de História Ambiental (American Society for Environmental History), tem estudos que proporcionam uma compreensão dos aspectos da fauna e da flora brasileira em tempos anteriores. No texto *A Botânica e a Política Imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil* (1991, p. 216 a 228), vemos que a:

A introdução de espécies de interesse comercial deu impulso à colonização durante os longos séculos em que os invasores, desvairados, se perdiam numa busca de ouro e esmeraldas. A rentabilidade do açúcar e dos couros no mercado europeu fortaleceu os laços coloniais. Além destes efeitos, deve ser lembrado que a capacidade dos portugueses de determinar a transferência de plantas e animais domesticados entre Portugal, o Brasil e as suas outras colônias foi uma das mais poderosas armas do imperialismo lusitano. Trata-se de um aspecto crítico da ‘conquista de culturas’. (DEAN, 1991, p. 216).

E o autor continua sua observação, destacando a submissão da colônia perante a metrópole, não só no viés econômico, mas também no que tange à introdução de plantas estrangeiras, influenciando, quase que definitivamente, a posição econômica brasileira:

É interessante acompanhar este processo de reorganização da paisagem brasileira e de desenvolvimento de novos recursos agrícolas via domesticação de espécies silvestres

nativas e via climatização de espécies exóticas. Ao longo da história brasileira, os resultados destas experiências influenciaram a posição que a colônia e, mais tarde, o império independente conseguiram manter na economia mundial. (DEAN, 1991, p. 217).

Logo, nessas citações, podemos observar que os diferentes agrupamentos humanos, no caso aqui a sociedade colonial e, mais tarde, sociedade imperial brasileira, submeteu inúmeras representações e modificações nos recursos naturais existentes de origem local, para bem resguardar o domínio de uma sociedade sobre a outra em ações meramente econômicas.

A Ideia de Natureza no Contexto Regional: possíveis representações em Santa Catarina e no Velho Chapecó

No texto, Viajantes, imigrantes e suas impressões sobre a Floresta de Santa Catarina, os autores Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos e João Klug, nos trazem relatos de imigrantes alemães nas colônias catarinenses de Blumenau e de Dona Francisca, em meados do século XIX, com conclusões de como o homem, tendo como primeira matéria a floresta e a difícil tarefa de transformá-la em plantações pelo seu ofício de colono, submeteu as riquezas naturais, através de suas “bagagens de significados”, em constantes ajustamentos:

A vida no ‘novo ambiente’ necessitava de alguns ajustes nos costumes e conseqüentemente nos significados e conceitos trazidos da Europa pelos colonos [...] a necessidade de derrubada de grandes áreas de mata nativa seria uma etapa natural para o surgimento das primeiras plantações. Os colonos ajustam a floresta de acordo com suas necessidades e ao mesmo tempo em que ajustam-se ao ‘novo meio’ com novos hábitos. (KLUG; SANTOS, 2002, p. 92).

abe destacar aqui, também, que as diferentes pesquisas realizadas por estudiosos regionais sobre essas relações homem e nature-

za, são plausíveis por se tratar de estudos inseridos dentro da proposta do trabalho.

Dentre as mais significativas encontramos a obra *A Viagem de 1929*: oeste de Santa Catarina documentos e leituras. Contendo relatos da comitiva governamental de Adolpho Konder – então governador do Estado de Santa Catarina no período de 1926 a 1930 – e por textos redigidos por Arlene Renk, Élio Cantalício Serpa e Maria Bernadete Ramos Flores. A obra nos traz a preocupação das autoridades locais e estaduais naquele momento, em transformar o então “sertão desconhecido” em uma região economicamente forte e livre de quaisquer contestações territoriais, nacionais ou não.

Há que fazer-se notar que tal preocupação das autoridades – baseada nesse momento em um projeto de integração progressista de uma região no quadro econômico estadual – levava em conta, basicamente, as inúmeras riquezas naturais (fauna e flora) existentes; as quais bem representavam os diferentes desejos humanos em transformar a região em um pólo fortemente econômico. Uma visão em que o Éden desconhecido catarinense podia sanar, ao mesmo tempo, as necessidades existentes de ordem política, administrativa e econômica. Vejamos:

No meio daquela [sic] floresta selvica e grandiosa, auscultando as expansões fortes e dominadoras da natureza bruta, sente o homem o abandono [...] os recursos da civilização, para os quaes não lhe é possível appellar [sic] [...] que o Governo patrioticamente está construindo, [...] a fortuna da região e o progresso de um trecho fadado pela natureza para ser um verdadeiro éden (COSTA, 2006, p. 42-44).

Essa passagem, registrada nos relatos de Arthur Ferreira da Costa, assemelha-se bem com a ideia de transformação da natureza da região. Uma representação passada de geração para geração, como nos trouxe Maria Horta Duarte em que o Éden catarinense seria um lugar desconhecido e desconectado do progresso econômico do Estado.

A obra *A Luta da Erva: um ofício étnico da nação brasileira*

no oeste catarinense (2006), podemos encontrar indícios de como a natureza regional – configurada aqui pela mata dos ervais – fora manipulada e representada conforme as diferentes necessidades que a sociedade do oeste catarinense – nesse momento configurada nas etnias caboclas e italianas, apresentou: “O corte da erva, dada a sua sazonalidade, a penosidade do trabalho e o isolamento na safra, faz com que os ervateiros sejam brasileiros, ou melhor, os caboclos [...] a acumulação de capital econômico pelos italianos[...].” (RENK, 2006, p. 233).

No livro *Disputas e Ocupação do Espaço no Oeste Catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil* (2006), podemos ter uma noção de que a natureza, juntamente com as terras, se apresenta como uma mola propulsora no ponto de vista econômico, em que as mesmas eram “muito disputadas entre os empresários interessados nos lucros vislumbrados com a comercialização da madeira e das terras da região” (WERLANG, 2006, p. 139).

No artigo *Balsas e Balseiros no Rio Uruguai (1930 – 1950)*, da pesquisadora Eli Maria Bellani, são destacados alguns indícios de como a sociedade oestina catarinense, na primeira metade do século XX, estruturou-se, basicamente, na associação do empreendimento madeireiro com o cultivo do solo. Outro ponto destacado pela autora é a importância das águas do Rio Uruguai e seus afluentes no advento da colonização. Aspectos de uma sociedade que promoveu – e continua promovendo – modificações paisagísticas relevantes na nossa região:

Com a colonização gaúcha, teve início, entre outras, o ramo da atividade extrativa da madeira. ‘A preocupação era agora explorar os recursos florestais e cultivar o solo progressivamente. O Rio Uruguai, com suas cheias constantes, serviu de caminho para o escoamento de madeiras para a Argentina, em forma de balsas’. (BELLANI, 2006, p. 74).

Para finalizar, devemos destacar, ainda, que, ao contrário dos dias atuais – destruição em massa dos recursos naturais em prol de um capitalismo selvagem –, as possíveis representações que a sociedade oestina catarinense aplicava sobre os recursos naturais nas décadas de 30, 40 e 50 do século XX, apresentam, também, um caráter de adaptação devido à diferenciação geográfica apresentada pela região; diferentemente daquela encontrada no Estado do Rio Grande do Sul, que possibilitou o deslocamento demográfico para a região em destaque.

Sobre o oeste catarinense

Como em quase todos os mais de quinze mil quilômetros quadrados de fronteiras terrestres no nosso país, a atual região oeste catarinense apresentou, também, no seu processo histórico, características que associavam tanto os interesses de resguarda territorial quanto a garantia de uma natureza e de possíveis reservas naturais existentes nesse mesmo território.

Com efeito, dentro do seu processo de configuração territorial, vamos encontrar dois grandes momentos na história regional que bem ilustram esse contexto: a disputa territorial entre Brasil e Argentina, findada em 1895 por intermédio do então presidente dos Estados Unidos da América, Grover Stephen Cleveland; e o movimento do Contestado entre os estados do Paraná e Santa Catarina, no período de 1912 a 1917. Ambos os fatos, baseados na junção disputa territorial e, por consequência, a possível exploração da natureza local; as quais definiram, quase de imediato, a atual formação territorial do estado Catarinense e Paranaense.

Destacamos, aqui, algumas considerações sobre o termo território, para melhor entendermos as diferentes representações que o homem adota perante esse e, por consequência, a natureza associada. Segundo Ester Limonad e Rogério Haesbaert, em artigo intitulado como O território em Tempos de Globalização (1999) território é – entre outras definições – a associação entre cultura e

natureza a partir dos diferentes grupos humanos que os caracterizam, nesse momento região oeste de Santa Catarina nas décadas de 30 a 50 do século XX. A definição de território nesse momento contém a base material e natural que um determinado grupo social os usufrui perante a primeira natureza: aquela que não apresenta uma intervenção humana em grande escala que possa descaracterizá-la, para sanar as principais necessidades humanas. Logo:

[...] nossa definição de território precisa levar em conta a dimensão material e/ou natural do espaço [...] É importante não esquecer que há sempre uma base *natural* para a conformação de territórios e que, dependendo do grupo social que o produz (por exemplo, as comunidades indígenas), a relação dos grupos sociais com a **primeira natureza** pode mesmo ser primordial na sua definição (HAESBAERT; LIMONAD, 1999, p. 01).

A atual região oeste de Santa Catarina – representada pelos mais variados recursos naturais – passou por diferentes leituras em momentos diversos, que nortearam inúmeras movimentações políticas/administrativas, socioculturais e as socioeconômicas.

Para Luiz Carlos Tau Golin, ao identificar as possíveis fronteiras e identidades territoriais existentes, devemos nos desvincular da Geografia antiga, a qual determina que seja somente com a separação entre os lugares geográficos que vamos ter melhor compreensão das relações humanas. Segundo as suas palavras, proferidas numa palestra intitulada Fronteira e Identidade: formação dos Estados Meridionais, a constituição de território para a história da humanidade está caracterizada por fronteiras nas quais “é o momento que o indivíduo pode auto avaliar-se perante aos demais indivíduos”; ou seja, é nas relações humanas (eu, ele e vice-versa), que vamos verificar a existência dos possíveis territórios e, conseqüentemente, a formação dos aspectos identificadores que caracterizam uma sociedade, em um determinado contexto espacial e temporal.

Feitas essas ressalvas sobre território e algumas representações sobre o mesmo, notemos que as terras situadas nessa região

proporcionam, historicamente, diferentes leituras em um único viés: o aumento territorial associado com a exploração natural que a área apresenta, tanto por parte da Argentina quanto dos estados brasileiros, Paraná e Santa Catarina. Uma visão que bem podemos encontrar nos dias atuais.

A primeira década da chamada “República Velha” (1890 a 1900), reservou para os governantes brasileiros o primeiro desconforto – no ponto de vista da política externa – na definição territorial entre brasileiros e argentinos. Estamos falando na chamada “Questão de Palmas”, a qual só veio ter fecho em 1895, por intermédio do então presidente dos Estados Unidos da América, Grover Stephen Cleveland. A contestação do país vizinho perante a região e sua respectiva natureza, estava alicerçada em expedições realizadas ainda nos anos 1700 – sobre o calor do Tratado de Madri, em 1750 – por comissários espanhóis, onde já “Em 1876, o Ministro do Exterior da Argentina, Bernardo Irigoyen, insistiu em fazer valer as pretensões argentinas, baseado na expedição de 1788, [...] identificaram os rios Chapecó e Chopim como divisa entre Portugal e Espanha” (WERLANG, 2006, p. 19).

Contudo, tal reivindicação, transpassou o período monárquico para o republicano, proporcionando ao então presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, como a primeira preocupação nas relações exteriores e, ao mesmo tempo, como uma possível afirmação no novo regime governamental.

Com efeito, o acordo assinado pelo então Ministro, Quintino Bocaiúva, o qual foi designado pelo presidente brasileiro para a cidade de Montevidéu em 1890, foi rejeitado pelo Congresso Nacional no ano seguinte:

Surpreendentemente, logo após a proclamação da república, o Marechal Deodoro da Fonseca aceitava dividir o território de Palmas com a Argentina. Tal concessão foi feita num momento em que o Marechal buscava firmar-se no governo, evitando para tal qualquer conflito internacional. O acordo assinado por Quintino Bocaiúva em 25 de janeiro de 1890, em Montevidéu, foi, no entanto, rejeitado pelo Congresso Nacional em 1891, por 142 votos a 5. (WACHOWICZ apud WERLANG, 2006, p. 21).



Mapa I - Território em litígio entre Argentina e Brasil. Fonte: CEOM Chapecó.

No mapa anterior podemos ver que as pretensões entre Argentina e Brasil estavam voltadas não somente no aumento territorial, mas sim nas inúmeras possibilidades de exploração da natureza, caracterizada nesse momento pelo grande volume de águas fluviais e, por consequência, a extração vegetal (erva-mate e as madeiras oriundas das Matas das Araucárias). Segundo Renk (2006, p. 38 e 39), “A erva-mate surgiu como possibilidade e atividade rentável após 1850”, sendo que, dez anos depois, foram detectadas incursões castelhanas pela vertente do Uruguai.

O litígio entre Brasil e a Argentina, pode trazer alguns indícios de como as diferentes sociedades existentes propunham representar os diferentes recursos naturais existentes, em um “predomínio do homem sobre a natureza como um dado cada vez mais oposto às suas sensibilidades morais e éticas” (THOMAS, 1988, p. 356).

Já no segundo momento, e adentrando na primeira década do século XX, encontramos o litígio territorial entre Paraná e Santa Catarina, configurado aproximadamente por 48.000 Km² e situada no planalto meridional brasileiro; denominado de o Movimento do Contestado. Após ter resolvido o impasse internacional com a nação vizinha, o governo brasileiro – nesse momento representado pelos presidentes republicanos Hermes da Fonseca (1910 a 1914) e,

Uruguai, foram utilizados seus afluentes. Entre eles destacam-se o rio Chapecó e o Rio das Antas” (WERLANG, 2006, p. 123). Antes mesmo de definir marcos territoriais entre os federados, esses já vislumbraram a região como um potencial econômico a ser conquistado. Uma maneira de representar a natureza em aumento territorial, associada a uma pujança econômica.

Somente em 1917 há um fecho para esse capítulo da nossa história. Contudo, segundo Werlang (2006, p. 28), não fora uma decisão homogênea entre Paraná e Santa Catarina: primeiro teve que passar pelo crivo das Assembléias Estaduais paranaense, em 23 de fevereiro e 07 de março, respectivamente; ao passo que, para o Estado Catarinense, através da Lei n. 1.147, foram criados os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó.

Natureza: água e mato, possíveis representações de uma sociedade em crescimento

[...] a floresta fora considerada selvagem e hostil. Desde os tempos mesolíticos, o progresso humano dependeu de arrancar e destruir árvores com que a maior parte da terra estava coberta. O progresso acelerou-se na era neolítica, quando a invenção do machado de pedra permitiu destruir as matas não apenas através de queimadas ou da pastagem animal, mas também derrubando-as. [...] Tirar os homens das florestas e encerrá-los numa cidade era o mesmo que civilizá-los. (THOMAS, 1988, p. 230 e 290).

Essa citação nos dá alguns subsídios do que ocorrera na recém-formada sociedade oeste catarinense na primeira metade do século XX; a qual buscou na associação terra, água e mato, elementos que integram a natureza local, o seu rol de integração no quadro econômico em nível de Estado e nação.

Após longo período de litígio internacional e nacional – quase vinte anos, entre os períodos de 1890 a 1917 – a região, agora configurada territorialmente, buscou a implantação de um progresso que atendesse, ao mesmo tempo, às expectativas das autoridades políticas administrativas e ao suprimento das principais necessidades de sobrevivência da recém-formada sociedade oestina. A qual, a partir desse momento, apresentava em sua configuração, o acréscimo das

etnias Ítalo-brasileira e Teuto-brasileira, além é claro, dos pioneiros indígenas e caboclos.

Para tal empreendimento, o do progresso econômico, a natureza existente na região foi de suma importância. Em especial, a vegetação – nesse momento representada pela mata da Araucária – e os diferentes rios existentes, como o rio Uruguai e seus afluentes: rio Chapecó e o rio Peperi Guaçu.

Sobre esses dois elementos, madeira e água, responsáveis por uma gama de produtos de ordem material e imaterial – essenciais para o desenvolvimento de uma determinada sociedade – a recém-formada região oeste catarinense, inserida em um projeto estatal de integração econômica, proporcionou a “química da transformação” desses recursos para melhor proporcionar sua ascensão econômica. Tal transformação concretizou-se com o grande número de madeireiras instaladas na região a partir da década de 30, “mostrando que a região Oeste possuía uma imensa floresta, com os mais variados tipos e qualidades de madeira” (BELLANI, 2006, p. 91); em especial, a mata da Araucária.

Diante desse contexto, o de associar a produção madeireira com as águas fluviais abundantes na região e a integração comercial regional, encontramos alguns relatos através de cartas de moradores da região:

[...] Em meados de abril, enfim o Chapecó deu uma aguinha que desse para descer as madeiras meio aos tombos com alguma perda, mas porém no dia 2 do corrente mês (maio de 1941) o Uruguai (sic) deu ponto, de maneiras que as madeiras que havia no Chapecó de 2 anos finalmente se foram. (ECKERT, 2002, p. 132).

Essa passagem, retirada do livro *Bonito Pinhal Pinhalzinho: a saga dos pioneiros* (2002) nos mostra bem como a sociedade local representava a água e o mato como meios de integração comercial para a região.



Serraria situada no Bonito Pinhal, atual município de Pinhalzinho, em 1931;
oriunda da Sociedade Klauck, Eckert e Schneider
Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico de Pinhalzinho

Nessa associação, mato, terra e água, destacam-se o grande número de empresas madeireiras registradas no período de 1936 a 1946, como nos mostra o quadro abaixo:

ANOS	Nº FIRMAS	TOTAL CAPITAL
1936	24	R\$336.000\$000
1937	09	R\$130.000\$000
1938	09	R\$121.000\$000
1939	07	R\$178.000\$000
1940	11	R\$179.000\$000
1941	09	R\$99.000\$000
1942	15	R\$1.329.000\$000
	03	CR\$95.000,00
1943	14	CR\$225.000,00
1944	07	CR\$325.000,00
1945	01	CR\$20.000,00
1946	01	CR\$100.000,00
TOTAL	107	

Fonte: Livro Registro de Firmas Comerciais – Comarca de Chapecó.

No livro Formação Econômica de Santa Catarina, Goularti (2002), nos traz subsídios de como ocorrera o crescimento industri-

al no Estado em tal período, analisando o movimento imigratório e as cinco grandes linhas de produção: têxtil, alimentação, carvão, erva-mate e a madeira.

No que se refere à última grande linha de produção industrial, o autor demonstra que o ano “de 1937, a região contava 201 serrarias, que produziram em torno de 1,96 milhões de dúzias de tábuas, o que corresponde a 48,5% da produção do Estado”. Segundo Bellani (2006), o empreendimento madeireiro no ano de 1937 registrou 09 empresas, portanto, há divergência entre os autores quanto ao número de empresas madeireiras.

Sobre as madeireiras e sua influência no quadro econômico regional oeste catarinense e, sobretudo a partir da década de 30 do século XX, Bellani (2006, p. 90) nos relata que devido o grande aumento dessa atividade, houve a necessidade de fundar uma associação para amparar as suas ações – política e administrativas – a nível nacional e internacional:

Na região Oeste, mais de uma centena de firmas madeireiras se instalaram nesse período. Assim foi que, em 1940, na cidade de Chapecó, foi criada a Sociedade Madeireira Xapecó, com o objetivo de amparar a classe dos madeireiros que exportavam para a Argentina via rio Uruguai, melhorar a produção e fundar um único escritório de venda aos consumidores.

Nesses termos, a natureza da região fora submetida – e de certo modo continua sendo – a uma representatividade que agregasse a satisfação econômica e o desenvolvimento regional no “Velho Chapecó”; a ponto de promover um ciclo (ciclo madeireiro) através do surgimento das indústrias madeireiras.

Natureza: água e mato e a introdução de dispositivos secundários (metal/mecânico e os meios de comunicação)

Na primeira metade do século XX, a região oeste catarinense proporcionava basicamente como meios de comunicação, além do rádio à pilha – um recurso para poucos – a publicação de alguns jornais como a “Voz de Chapecó”. Este, proporcionava ao mesmo

tempo, inúmeros meios para a sociedade local expor suas representações sobre a natureza – sobretudo do ponto de vista econômico – e as diferentes consequências que essas representações poderiam originar. Nesse sentido, segue dois momentos retirados do jornal “A Voz de Chapecó”: no primeiro momento, observamos a ilustração de um dispositivo metal/mecânico (trator esteira) como propaganda para vencer as dificuldades de transporte sobre a natureza. Uma maneira de representar a relação entre homem e a floresta, na qual ao primeiro caberia domar e transformar a segunda, em prol de uma integração comercial da região a nível nacional e internacional.



Fonte: **Voz de Chapecó**, 03 de novembro de 1946, p. 04.

No segundo momento e, na contramão dessa possível integração comercial nacional e internacional, observamos a indagação de alguns setores da sociedade oeste catarinense pela falta da mesma matéria-prima (madeira), a qual era direcionada, preferivelmente, ao mercado externo, por apresentar um preço mais atrativo:

Tendo inúmeros assinantes deste jornal solicitado a nossa interferência junto a quem de direito, no sentido de que seja observada a cláusula da portaria do Sr. Ministro da Agricultura, que liberou a exportação de madeira bruta pelo

vale do Uruguai, uma vez suprido o mercado interno, fomos procurar o ilustre Eng^o. Dr. Serafim Bertaso, DD. presidente da Cooperativa Madeireira da Vale do Uruguai Ltda; expondo-lhe a aflitiva situação da grande quantidade de colonos que adquirem terras; principalmente nos distritos de Mondai, Passarinhos, Caxambu e Xanxerê e ficam impossibilitados de construir, porque os proprietários de serrarias negam-se a vender madeira, alegando conseguirem melhor preço na República da Argentina [...] (A VOZ DE CHAPECÓ, 01 de setembro, 1946, p. 01).

Com efeito, essa maneira de representar a natureza da região nos revela ainda algumas características que demonstram que a floresta estava para ser conquistada e, ao mesmo tempo, de proporcionar possíveis áreas para os futuros espaços citadinos. Uma maneira de possibilitar a tão sonhada civilização para a população regional, preenchendo os “sertões desconhecidos”.

Considerações Finais

Esse texto buscou demonstrar que as diferentes ciências – em especial a das áreas humanas e sociais, sobretudo a história – vêm questionando cada vez mais as suas participações em questões relacionadas às relações entre o homem e a natureza.

A compreensão de que nosso planeta vem sofrendo danos ambientais – danos causados pelo estilo de vida moderno, iniciado no último quartel do século XVIII – culminou em esforços científicos direcionados à tentativa de criar modelos alternativos para a existência humana e, que ao mesmo, minimizem os efeitos destruidores já utilizados pelo homem na natureza. Ao contrário do que pensamos, essas preocupações são frutos das mais variadas épocas da existência humana, cada qual com suas especificidades e suas representações sobre a natureza existente.

Nesses termos, a prática de compactar a vida ambiental serviu de carro-chefe para movimentos dominadores em diferentes sociedades, o que, preocupantemente, podemos encontrar em dias atuais e outrora: sociedade oeste catarinense nos terceiro, quarto e quinto decênios do século XX, para garantir e legitimar a domina-

ção humana sobre a natureza na região oeste catarinense – em especial terra, água e mato – cria-se uma consciência coletiva no ponto de vista do ganho econômico: redução geral das matas associadas com o domínio das águas fluviais em benefício de pastos e lavoura, para atender às forças do mercado econômico (nacional e internacional) e das necessidades alimentícias da sociedade local.

Outro ponto que destacamos é que o trabalho não tem caráter de acabado ou único. A relação homem e natureza na região oeste catarinense, além de apresentar a apropriação dos primeiros sobre a segunda, apresentam outro fator de destaque para estudos futuros: o processo de colonização sobre o ponto de vista político/econômico e sociocultural.

Notas:

* Graduado em História pela Unochapecó. Funcionário do Museu Histórico de Pinhalzinho - SC. Professor da Rede Pública Estadual de Santa Catarina.

ⁱ Em “Oeste Catarinense: uma longa disputa”, do livro *Disputas e Ocupações do Espaço no Oeste Catarinense: a atuação da companhia Territorial Sul Brasil*, é em 25 de agosto de 1917, que “o governo catarinense cria, através da Lei n. 1.147, os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó, na área incorporada ao território catarinense” (WERLANG, 2006, p. 28), configurando, assim, em definitivo, o oeste de Santa Catarina.

Referências:

BELLANI, Eli Maria. Balsas e Balseiros no Rio Uruguai (1930 – 1950). In: **Para uma História do Oeste de Santa Catarina: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995, n. 23, 352 p.

BRÜGGER, Paula. **Educação ou Adestramento Ambiental?** 3 ed. rev. e ampl. Chapecó: Argos, 2004.

COSTA, Arthur Ferreira da. O Oeste Catarinense – visões e sugestões de um excursionista. In: **A Viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras**. Centro de Memória de Santa Catarina. Chapecó: Argos, 2005.

DUARTE, Maria Horta. **História e Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DEAN, Warren. A Botânica e a Política Imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. **Revistas Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, APDOC, vol. 4, n. 8, 1991, p. 226 – 228.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, APDOC, vol. 08, 1991, pp. 177-197.

ECKERT, Ivo. **Bonito Pinhal Pinhalzinho: a saga dos pioneiros**. Florianópolis: ed. do Autor, 2002.

GOULARTI, Alcides. **A Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Futura, 2002.

KLUG, João; SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira. Viajantes, Imigrantes e suas Impressões sobre a Floresta de Santa Catarina. **Revista Fronteiras**, Florianópolis, 2004, n. 10, pp. 89 – 102.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O Território em Tempos de Globalização. **Revista do Departamento de Geografia**, UERJ: Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19, 1999.

RENK, Arlene. **A Luta da Erva:** um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2006.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural:** mudanças e atitudes em relação às plantas e os animais (1500 – 1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WERLANG, Alceu. **Disputas e Ocupação do Espaço no Oeste Catarinense:** a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.

Abstract

This paper aims to show how nature – in its many forms, flora and fauna – was represented, and to some extent still is, to address the main needs of society west of Santa Catarina in the first half of the twentieth century. For both the text is distributed in three areas: how to set up the idea of nature through the national and international context, the training area in western Santa Catarina in the late nineteenth to the twentieth century and finally the use of two main raw materials nature (water and forest), with other unnatural means to represent the aspirations of an evolving society.

Keywords: Representations. Land. Nature. Environmental History. Western Santa Catarina.